

SIMULADO ESPECIAL

TRT 8

Pós-Edital

Técnico Judiciário

Agente da Polícia Judicial

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. *Este simulado conta com questões focadas para o concurso **TRT-8**;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;*

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/c7vTZT9fJiZW9Z5k8

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	49 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	50 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	51 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	52 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	41 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	53 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	42 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	54 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	43 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	55 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	44 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	56 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	45 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	57 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	46 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	58 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	47 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	59 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	48 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	60 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

http://estrategi.ac/rig3da

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

https://bit.ly/4ssXCnk

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

TEXTO

Nasci numa fenda de serra e desci sem pressa. Não escolhi o leito: fui abrindo o que a pedra permitia e contornando o que não cedia. Os homens chegaram depois, e foi por mim que chegaram, porque água é caminho. Vi lavadeiras, vi barcos, vi a fábrica que se instalou na curva e escureceu minha água por trinta anos. Não os julgo. Aprendi que quem corre não guarda: levo o que me dão e entrego adiante, sem devolver. Quando me chamam de morto porque a represa me deteve, rio por dentro, no escuro, porque água parada ainda é água, e o que represa não me ensina a esquecer o mar.

1. Na construção da voz narrativa, o rio se define pela tensão entre:

a) submissão ao homem e orgulho da própria força.

b) aceitação do percurso imposto e recusa em guardar o que recebe.

c) memória do passado e desejo de retornar à serra.

d) indiferença ao mundo e ressentimento contra a fábrica.

e) celebração da represa e esquecimento do mar.

2. Em “Quando **me** chamam de morto”, o pronome destacado exerce a função de:

a) objeto direto, e o sujeito do verbo é indeterminado.

b) objeto indireto, e o sujeito do verbo é o termo “morto”.

c) partícula apassivadora, e o verbo está na voz passiva.

d) pronome reflexivo, pois o rio pratica e recebe a ação.

e) adjunto adnominal, pois indica posse.

3. Assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase está corretamente empregado.

a) O rio começou à correr na fenda da serra.

b) As lavadeiras voltavam à margem todos os dias.

c) O rio não obedece à nenhuma barragem.

d) A represa deteve o rio à partir da curva.

e) O rio entregou-se à correr livre pela serra.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Eduardo Mocellin

4. Ao final do expediente, a chefe de uma secretaria de vara encontrou na copa um processo físico que deveria estar no cartório. Ela sabe que um, e apenas um, dos servidores Lúcia, Marcos, Nádia e Otávio deixou o processo ali. Questionados, eles declararam:

- Lúcia: “Foi o Marcos.”
- Marcos: “Foi o Otávio.”
- Nádia: “Não fui eu.”
- Otávio: “O Marcos está mentindo.”

Sabendo que apenas um dos quatro servidores disse a verdade, o servidor que deixou o processo na copa e o servidor que disse a verdade são, respectivamente,

a) Marcos e Otávio.

b) Nádia e Otávio.

c) Otávio e Marcos.

d) Nádia e Lúcia.

e) Lúcia e Nádia.

5. Em um tribunal, uma equipe de 6 servidores, trabalhando 5 horas por dia, digitalizou 4.800 páginas de autos em 8 dias. Para um novo lote de 7.200 páginas, foram designados 4 servidores, que trabalharão 6 horas por dia. Considerando que todos os servidores mantêm o mesmo ritmo de trabalho, o número de dias necessários para que a nova equipe digitalize todo o novo lote é

a) 10.

b) 12.

c) 13.

d) 15.

e) 18.

6. Um lote de processos de um cartório pode ser separado em pacotes de 6, de 8 ou de 10 processos, mas, em qualquer desses casos, sobram exatamente 4 processos fora dos pacotes. Se, por outro lado, o lote for separado em pacotes de 7 processos, não sobra nenhum. O menor número possível de processos desse lote é

a) 124.

b) 244.

c) 364.

d) 484.

e) 604.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

7. Em um levantamento realizado com servidores de determinado setor do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, foram registradas as quantidades de processos administrativos analisados por cada servidor durante um dia de trabalho. Os resultados foram organizados na tabela a seguir.

Quantidade de Processos	Número de Servidores
4	2
6	3
8	4
10	1

Com base nos dados apresentados, a média aritmética do número de processos analisados por servidor é igual a

a) 6,0.

b) 6,8.

c) 7,0.

d) 7,2.

e) 7,5.

8. Considere os valores referentes ao tempo, em minutos, gasto por cinco servidores para concluir determinada tarefa administrativa, em um procedimento de rotina:

$$2, 4, 4, 4, 6$$

Para avaliar a dispersão dos tempos observados, um analista decidiu calcular a variância populacional dos dados, considerando cada um dos cinco valores como uma observação do conjunto completo em análise.

A variância populacional desses tempos, em minutos ao quadrado, é igual a

a) 0,8.

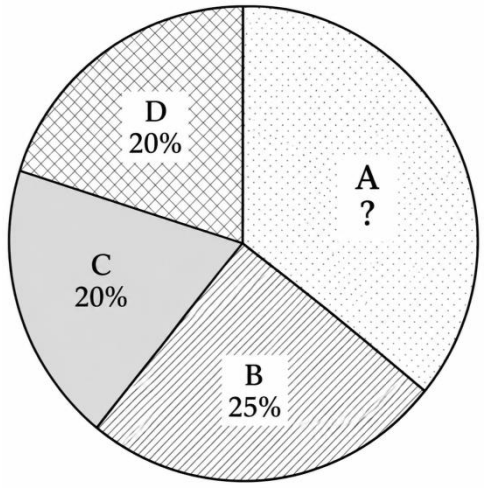
b) 1,0.

c) 1,2.

d) 1,6.

e) 2,0.

9. Em um levantamento sobre a distribuição de 240 solicitações recebidas por determinado setor administrativo, verificou-se a participação percentual de cada categoria de solicitação, conforme os dados apresentados a seguir.



Considerando que cada solicitação pertence a uma única categoria, o número de solicitações classificadas nas categorias A ou C corresponde a

a) 108.

b) 120.

c) 124.

d) 128.

e) 132.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

Emerson Bruno

10. Durante a preparação de um relatório destinado a apresentar a estrutura organizacional do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, um servidor consultou o art. 3º do Regimento Interno do Tribunal, que enumera expressamente os órgãos que o integram. Considerando exclusivamente as disposições do referido artigo, assinale a alternativa que NÃO apresenta um órgão expressamente previsto no rol regimental.

a) O Tribunal Pleno e as Seções Especializadas.

b) A Presidência e a Vice-Presidência.

c) O Conselho da Ordem do Mérito Jus et Labor e a Escola da Magistratura.

d) As quatro Turmas e os(as) Desembargadores(as) do Trabalho.

e) A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

11. Considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região relativas à composição das Turmas e Seções Especializadas, às vedações impostas aos(às) Desembargadores(as) do Trabalho e à competência para processá-los(as) nos crimes comuns e de responsabilidade, assinale a alternativa incorreta.

a) Cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, em linha reta, bem como em linha colateral até o terceiro grau, não poderão ter assento na mesma Turma ou Seção Especializada.

b) Os(As) Desembargadores(as) podem exercer outro cargo ou função, ainda que estejam em disponibilidade, desde que haja compatibilidade de horário.

c) É vedado aos(às) Desembargadores(as) receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participações em processos.

d) Os(As) Desembargadores(as) não podem dedicar-se à atividade político-partidária.

e) Os(As) Desembargadores(as) respondem, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, perante o Superior Tribunal de Justiça.

12. No âmbito de um Tribunal Regional do Trabalho, a administração passou a revisar os métodos de gestão e organização do trabalho, com o objetivo de prevenir e enfrentar práticas de violência, assédio e discriminação. Durante uma reunião, foram discutidas medidas relacionadas à participação coletiva, à diversidade, à comunicação entre as equipes e à responsabilidade dos gestores, bem como ao registro dos acolhimentos realizados pelo Comitê competente. Considerando o disposto nos arts. 5º e 6º da Resolução CSJT nº 360/2023, assinale a alternativa incorreta.

a) A prevenção e o enfrentamento às práticas de violência, assédio e discriminação devem ter como base a gestão e a organização do trabalho, fomentando-se a gestão participativa, a deliberação coletiva e a cooperação vertical, horizontal e transversal.

b) Deve-se assegurar o respeito à diversidade, coibir toda e qualquer forma de discriminação nas relações de trabalho e impedir mecanismos, práticas de gestão e atitudes que favoreçam o assédio.

c) A promoção da comunicação horizontal, do diálogo, do feedback e de canais de escuta e discussão constitui diretriz destinada a identificar problemas e propor ações de melhoria no ambiente e nas relações de trabalho.

d) Para fins estatísticos internos do Comitê e de construção de políticas públicas, será registrado exclusivamente o número de acolhimentos, sem identificação dos dados nominais ou dos detalhes do caso.

e) Os gestores e as gestoras são exclusivamente responsáveis pela análise crítica dos métodos de gestão e organização do trabalho adotados em sua unidade, não lhes cabendo corresponsabilidade pela promoção de relações de respeito à diversidade, cooperação e resolução de conflitos na equipe.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

13. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos,

a) Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, permitida a proibição de regresso.

b) Todo ser humano, vítima de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

c) A vontade do povo será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

d) A apatridia é legitimamente reconhecida como um direito.

e) Todo ser humano tem direito à instrução, que será gratuita, pelo menos nos graus elementares, fundamentais e superior.

14. Considere:

I – Deve ser assegurado às mães que trabalham licença remunerada ou licença acompanhada de benefícios previdenciários adequados.

II – O emprego de crianças e adolescentes é expressamente vedado.

III – O descanso, o lazer, a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas, assim como a remuneração dos feriados devem ser assegurados pelos Estados Membros.

De acordo com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), está correto o que se afirma em:

a) I e III, apenas.

b) I, apenas.

c) I, II e III.

d) III, apenas.

e) II, apenas.

15. De acordo com a Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros,

a) terão *status* supralegal.

b) serão equivalentes à lei ordinária.

c) serão equivalentes à lei complementar.

d) terão *status* supraconstitucional.

e) serão equivalentes às emendas constitucionais.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

16. Considerando a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assinale a alternativa correta.

a) A deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa, de modo que a pessoa com deficiência não pode casar-se sem autorização judicial.

b) A curatela, quando necessária, abrange todos os atos da vida civil da pessoa com deficiência, inclusive os de natureza existencial.

c) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, que pode casar-se e constituir união estável; a curatela é medida extraordinária e alcança apenas atos de natureza patrimonial e negocial.

d) A pessoa com deficiência não pode decidir sobre o número de filhos, ato que depende sempre de autorização do curador.

e) A curatela deve ser decretada automaticamente sempre que houver laudo médico atestando deficiência intelectual.

17. Segundo a Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 10.048/2000, sobre o atendimento prioritário à pessoa com deficiência, analise as afirmativas abaixo.

I. O atendimento prioritário compreende, entre outras finalidades, a proteção e o socorro da pessoa com deficiência em quaisquer circunstâncias.

II. A prioridade de atendimento aplica-se apenas às repartições públicas, não alcançando instituições financeiras e demais serviços privados abertos ao público.

III. Os direitos de atendimento prioritário são extensivos ao acompanhante ou ao atendente pessoal da pessoa com deficiência, observadas as exceções previstas na lei.

IV. A pessoa com deficiência auditiva fica excluída do conceito legal de pessoa com deficiência, por não se enquadrar nas hipóteses de impedimento de longo prazo previstas no Estatuto.

Assinale a alternativa correta.

a) I e II estão corretas.

b) I e III estão corretas.

c) II e III estão corretas.

d) II e IV estão corretas.

e) I, III e IV estão corretas.

18. Com base na Lei nº 10.098/2000 e no Decreto nº 5.296/2004, analise as afirmativas abaixo sobre acessibilidade e barreiras.

I. A acessibilidade é a possibilidade e a condição de alcance, com segurança e autonomia, de espaços, edificações, transportes e sistemas de comunicação e informação pela pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

II. A Lei classifica as barreiras em urbanísticas, arquitetônicas nas edificações, nos transportes e nas comunicações e informações.

III. A reserva de vagas em estacionamentos para veículos que transportem pessoa com deficiência deve corresponder a 5% do total, com no mínimo uma vaga.

IV. As normas de acessibilidade aplicam-se apenas às edificações de uso público, excluindo as de uso coletivo e as de uso privado multifamiliar.

V. A barreira atitudinal é uma das categorias de barreira.

Assinale a alternativa correta.

a) I e II estão corretas.
b) I e III estão corretas.
c) II e IV estão corretas.
d) III, IV e V estão corretas.
e) I, II e V estão corretas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

19. Um servidor criou uma planilha no Google Drive e precisa compartilhá-la com três colaboradores. O primeiro deverá apenas consultar os dados, o segundo poderá inserir comentários e o terceiro ficará responsável por atualizar as informações. Para atender a essas necessidades, as permissões deverão ser atribuídas, respectivamente, como

a) leitor, editor e comentador, pois a permissão de editor permite apenas visualizar o conteúdo, enquanto a de comentador autoriza alterações nas células.
b) comentador, leitor e editor, pois a permissão de comentador impede a inclusão de observações e restringe o acesso à visualização.
c) editor, comentador e leitor, pois a permissão de leitor permite modificar os dados da planilha sem alterar suas configurações de compartilhamento.
d) leitor, comentador e editor, pois essas permissões permitem, respectivamente, visualizar o arquivo, adicionar comentários sem modificar seu conteúdo e realizar alterações nos dados.
e) leitor, comentador e proprietário, pois a atualização dos dados exige obrigatoriamente a transferência da propriedade do arquivo ao colaborador responsável.

20. A instituição disponibiliza um portal interno para consulta de documentos administrativos e acesso a sistemas corporativos. Os servidores podem utilizar esses recursos na rede local e, quando autorizados, acessá-los remotamente por meio de uma conexão VPN. A característica que distingue essa estrutura de uma página pública da internet está apresentada em

a) a intranet utiliza tecnologias e protocolos comuns à internet, como HTTP e HTTPS, mas restringe o acesso aos usuários autorizados, podendo ser acessada remotamente por meio de conexões seguras.
b) a intranet depende exclusivamente de protocolos proprietários, pois o uso de HTTP e HTTPS é permitido apenas em serviços disponibilizados na internet pública.
c) o acesso remoto por VPN transforma automaticamente a intranet em uma extranet pública, eliminando a necessidade de autenticação dos usuários.
d) os navegadores utilizados na internet não podem acessar páginas de uma intranet, sendo obrigatória a instalação de aplicativos específicos para cada sistema interno.
e) a intranet exige que todos os computadores estejam conectados fisicamente à mesma rede local, impedindo o acesso a seus recursos por usuários externos, mesmo quando autorizados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. Marina pretende exercer uma atividade profissional lícita para a qual não existe lei estabelecendo qualificações específicas. Uma autoridade pública informa que ela deverá aguardar a edição dessa lei para iniciar a atividade.

1. Considerando a classificação de José Afonso da Silva quanto à eficácia das normas constitucionais, a orientação recebida por Marina está

a) correta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia limitada, cuja aplicação depende de lei integrativa que estabeleça previamente as condições e os requisitos necessários ao exercício de cada atividade.

b) incorreta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia plena, que assegura o exercício imediato da atividade e impede a imposição de qualificações profissionais por lei.

c) incorreta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia contida, que assegura o exercício imediato da atividade, mas permite restrições legais relacionadas às qualificações necessárias ao seu desempenho.

d) correta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia contida, de modo que a atuação do legislador é necessária para liberar o exercício da atividade e definir os limites correspondentes.

e) correta, pois a liberdade profissional decorre de norma programática, que estabelece uma diretriz para a atuação legislativa e não permite exigir da Administração o reconhecimento do direito antes da edição da lei regulamentadora.

22. No que se refere ao controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar

a) A ação direta de inconstitucionalidade ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal admite a impugnação de leis federais, estaduais e municipais posteriores à CF/1988, desde que a ofensa ao texto constitucional seja direta.

b) A arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser utilizada contra atos anteriores à CF/1988, mas seu ajuizamento dispensa a verificação da existência de outro meio eficaz de sanar a lesividade.

c) No controle difuso de constitucionalidade, a declaração de inconstitucionalidade de lei por juiz de primeira instância depende de prévia manifestação do tribunal competente, em observância à cláusula de reserva de plenário.

d) As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade dependem de resolução do Senado Federal para adquirir eficácia contra todos e efeito vinculante perante os demais órgãos judiciais.

e) A ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal tem por objeto lei ou ato normativo federal e exige a demonstração de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição questionada.

23. A associação Alfa teve suas atividades suspensas por ato de um secretário estadual, sob alegação de desvio de finalidade. Posteriormente, sua dissolução compulsória foi efetivada por decisão judicial ainda não transitada em julgado.

À luz da CF/1988,

a) as duas medidas são inconstitucionais, pois a suspensão depende de decisão judicial e a dissolução compulsória exige o trânsito em julgado da decisão que a determine, ainda que existam indícios de ilicitude.

b) a suspensão é constitucional, pois decorre do poder de polícia da Administração, mas a dissolução é inconstitucional, uma vez que sua efetivação depende do trânsito em julgado da decisão judicial.

c) a suspensão é inconstitucional, pois somente o Judiciário pode determiná-la, mas a dissolução é constitucional, porque a sentença produz esse efeito independentemente do trânsito em julgado, caso demonstrado o desvio de finalidade.

d) as duas medidas são constitucionais, pois os indícios de desvio de finalidade autorizam a suspensão administrativa e a sentença de dissolução pode ser imediatamente executada, mesmo que ainda esteja sujeita a recurso.

e) as duas medidas são inconstitucionais, pois tanto a suspensão das atividades quanto a dissolução compulsória dependem de decisão judicial transitada em julgado, sendo vedada a adoção de qualquer dessas providências em caráter provisório.

24. Quanto aos princípios fundamentais estabelecidos na CF/1988, é correto afirmar

a) A soberania constitui atributo da União e dos Estados-membros, que a exercem nos limites de suas competências constitucionais, enquanto os Municípios dispõem apenas de autonomia administrativa e financeira.

b) A independência e a harmonia entre os Poderes asseguram a exclusividade de suas funções típicas, impedindo que o Legislativo exerça funções de julgamento ou que o Executivo produza atos normativos com força de lei.

c) O pluralismo político corresponde à liberdade de criação de partidos políticos, razão pela qual sua proteção constitucional se restringe à diversidade partidária, sem alcançar as diferentes convicções e concepções existentes na sociedade.

d) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem fundamentos da República, enquanto a redução das desigualdades sociais e regionais integra seus objetivos fundamentais, orientando a atuação estatal.

e) A prevalência dos direitos humanos e a defesa da paz integram os objetivos fundamentais da República, enquanto a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais orientam suas relações internacionais.

25. Laura, de 18 anos, nasceu na Espanha, filha de mãe brasileira que trabalhava em empresa privada. Seu nascimento foi registrado em repartição consular brasileira competente, e ela sempre residiu no exterior.

Nesse caso, conforme a CF/1988, Laura

a) somente será brasileira nata se vier a residir no Brasil e, após estabelecer residência no País, formalizar a opção pela nacionalidade brasileira, pois o registro consular não dispensa esses requisitos.

b) é brasileira nata, pois o registro consular brasileiro lhe atribui nacionalidade originária, sendo desnecessário que venha a residir no Brasil ou que faça opção pela nacionalidade brasileira após atingir a maioridade.

c) poderá adquirir a condição de brasileira naturalizada mediante requerimento, desde que resida no Brasil pelo prazo constitucional de um ano ininterrupto e comprove idoneidade moral, em razão de sua ascendência brasileira.

d) somente seria brasileira nata se sua mãe estivesse a serviço da República Federativa do Brasil na ocasião do nascimento, sendo insuficiente o registro consular quando o trabalho desenvolvido no exterior tiver natureza privada.

e) é brasileira nata em razão do registro consular, mas deverá confirmar essa condição após atingir a maioridade, mediante opção expressa perante a Justiça Federal, sob pena de perder a nacionalidade brasileira.

26. Segundo as disposições expressas da CF/1988 sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, é correto afirmar

a) As pretensões relativas aos créditos de natureza trabalhista submetem-se à prescrição quinquenal para trabalhadores urbanos e rurais, observado o prazo bienal para ajuizamento da ação após a extinção do respectivo contrato.

b) A irredutibilidade salarial admite exceção por acordo individual escrito entre empregado e empregador, desde que a redução seja temporária e esteja fundamentada em dificuldades econômicas comprovadas da empresa, preservado o salário mínimo.

c) O trabalho noturno deve ser remunerado em valor superior ao diurno, salvo se o empregado concordar expressamente com a equiparação das remunerações mediante ajuste individual celebrado no momento da contratação.

d) O décimo terceiro salário tem como base o salário básico do trabalhador, excluídas as demais parcelas remuneratórias, e é assegurado exclusivamente aos empregados em atividade, sem extensão aos aposentados.

e) A participação nos lucros ou resultados integra a remuneração do trabalhador para todos os efeitos, enquanto a participação na gestão da empresa constitui direito de exercício obrigatório, independentemente de previsão legal.

27. Diante da inexistência de lei federal sobre normas gerais de proteção à infância e à juventude, o Estado Alfa editou lei para atender às suas peculiaridades. Posteriormente, a União estabeleceu normas gerais sobre o tema, incompatíveis com parte da legislação estadual.

Nessa situação, à luz da CF/1988

a) a lei estadual era inconstitucional desde a origem, pois a competência suplementar dos Estados pressupõe a edição prévia de normas gerais pela União, não podendo a omissão federal ser suprida por legislação estadual.

b) a lei estadual permanece integralmente eficaz, pois a competência legislativa plena exercida durante a omissão da União impede que normas gerais federais posteriores interfiram na disciplina já estabelecida pelo Estado.

c) a lei federal revoga a legislação estadual apenas nos dispositivos incompatíveis, preservando os demais, porque a superveniência de normas gerais federais resolve o conflito mediante revogação parcial das normas anteriormente editadas.

d) a lei estadual foi validamente editada no exercício da competência legislativa plena, e a lei federal superveniente suspende sua eficácia apenas nos dispositivos incompatíveis com as normas gerais estabelecidas pela União.

e) a lei federal torna integralmente inválida a legislação estadual, ainda que o conflito alcance apenas parte de seus dispositivos, cabendo ao Estado editar nova lei para exercer sua competência suplementar.

28. Sobre as condições de elegibilidade e as inelegibilidades previstas na CF/1988, é correto afirmar

a) Os analfabetos podem alistar-se como eleitores e concorrer ao cargo de Vereador, desde que preencham os demais requisitos de elegibilidade, pois a Constituição lhes assegura o exercício facultativo dos direitos políticos.

b) O Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito para concorrer a outros cargos, sendo insuficiente o simples afastamento temporário.

c) O militar alistável com mais de dez anos de serviço será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente para a inatividade no momento da posse no cargo eletivo.

d) A inelegibilidade reflexa alcança, no território de jurisdição do chefe do Executivo, seu cônjuge e seus parentes até o segundo grau, ainda que já sejam titulares de mandato eletivo e candidatos à reeleição.

e) Outros casos de inelegibilidade podem ser instituídos por lei ordinária federal, desde que destinados à proteção da probidade administrativa, da moralidade para o exercício do mandato e da legitimidade das eleições.

29. O Município Alfa editou lei fixando o horário de funcionamento das lojas de seu comércio local. Uma associação de comerciantes questionou a norma, alegando que a matéria pertence à competência privativa da União para legislar sobre direito comercial e do trabalho.

Sob o aspecto da competência legislativa, a lei municipal é

a) inconstitucional, pois qualquer norma que interfira no funcionamento de estabelecimentos comerciais disciplina direito comercial, matéria reservada à União, ainda que seus efeitos se limitem ao território de um único Município.

b) constitucional, desde que lei complementar federal autorize expressamente o Município a legislar sobre a matéria, por se tratar de hipótese de delegação da competência legislativa privativa atribuída à União.

c) inconstitucional, pois a competência para definir o horário de funcionamento do comércio é reservada aos Estados, cabendo aos Municípios apenas fiscalizar o cumprimento das normas estaduais aplicáveis aos estabelecimentos locais.

d) constitucional, desde que a legislação municipal se limite a reproduzir os horários previamente estabelecidos em lei federal ou estadual, pois sua competência suplementar permite apenas regulamentar a execução de normas editadas pelos demais entes federativos.

e) constitucional, pois o Município pode legislar sobre assuntos de interesse local, incluindo o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, sem que isso corresponda à regulamentação da jornada de trabalho dos empregados.

30. A respeito do regime constitucional dos partidos políticos, é correto afirmar

a) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica com o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, sendo dispensado o registro na forma da lei civil quando comprovado seu caráter nacional.

b) A autonomia partidária permite coligações nas eleições majoritárias e proporcionais, desde que previamente aprovadas pelos órgãos internos das agremiações e respeitadas as regras de disciplina e fidelidade previstas nos respectivos estatutos partidários.

c) Os partidos podem celebrar coligações nas eleições majoritárias, vedadas nas proporcionais, sem a obrigação de repetir alianças nos diferentes níveis federativos, devendo seus estatutos conter normas de disciplina e fidelidade partidária.

d) A perda do mandato por infidelidade partidária alcança Deputados e Vereadores que se desliguem da legenda pela qual foram eleitos, inclusive quando houver anuência do partido ou justa causa estabelecida em lei.

e) Os partidos políticos podem receber recursos financeiros de entidades estrangeiras privadas, desde que sejam declarados à Justiça Eleitoral e não provenham de governos estrangeiros nem impliquem subordinação da agremiação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

31. Determinada autoridade administrativa instaurou processo administrativo disciplinar para apurar suposta falta funcional praticada por um servidor público. Regularmente notificado, o servidor decidiu apresentar defesa escrita por conta própria, sem a assistência de um advogado. Ao final da instrução, a comissão processante elaborou relatório conclusivo e a autoridade aplicou a sanção de suspensão. O servidor, então, questionou a validade do processo alegando ausência de defesa técnica profissional, além de invocar teses sobre a aplicação dos princípios da administração pública. Considerando os princípios e entendimentos aplicáveis à Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) A ausência de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar acarreta a nulidade absoluta do procedimento por afronta ao princípio da ampla defesa.

b) O princípio da publicidade exige a divulgação oficial dos atos administrativos de caráter geral como requisito indispensável de sua validade.

c) No âmbito do princípio da ampla defesa, a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

d) Em decorrência do princípio da segurança jurídica, é permitida a aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa sempre que voltada ao atendimento do interesse público.

e) O princípio da motivação alcança de forma genérica e irrestrita todos os atos administrativos, sendo de observância obrigatória inclusive na exoneração de ocupante de cargo em comissão.

32. Durante a execução de um importante contrato de prestação de serviços no Tribunal Regional do Trabalho, o ordenador de despesas tomou diversas decisões administrativas. Algumas dessas decisões basearam-se em critérios discricionários, enquanto outras resultaram na efetuação de despesas sobre as quais recaíram fundadas suspeitas de ilegalidade. A situação motivou a atuação do Poder Judiciário e também o escrutínio do Tribunal de Contas da União (TCU). Considerando os limites do controle judicial e as regras de atuação dos Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta.

a) Ao tomar conhecimento formal das supostas irregularidades, o juiz competente poderá exercer o controle judicial de ofício, anulando prontamente os atos viciados do ordenador de despesas para evitar lesão ao patrimônio público.

b) O Poder Judiciário poderá exercer o controle sobre os atos discricionários praticados pelo ordenador de despesas, a fim de verificar se encontram-se dentro dos parâmetros definidos na lei e no Direito, anulando-os em caso de ilegalidade, sem adentrar no juízo de conveniência e oportunidade.

c) Caso o Tribunal de Contas da União constate ilegalidade no contrato administrativo firmado pelo Tribunal Regional do Trabalho, caberá à referida Corte de Contas a adoção imediata do ato de sustação do contrato, comunicando a decisão ao Congresso Nacional.

d) Se o Tribunal de Contas da União julgar irregulares as contas do ordenador de despesas, este poderá interpor recurso ao Poder Judiciário, que detém competência para rever o julgamento das contas e proferir nova decisão de mérito.

e) As decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União que aplicarem multa ao ordenador de despesas dependem de prévia homologação pelo Poder Judiciário para que adquiram eficácia de título executivo.

33. Mário, servidor de um Tribunal Regional do Trabalho, com vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito, revelou um fato que devia permanecer em segredo, do qual teve ciência em razão de suas atribuições, propiciando o beneficiamento de uma empresa por informação privilegiada. Mário não auferiu qualquer vantagem patrimonial e sua conduta não gerou perda patrimonial ao erário. Em outra situação no mesmo Tribunal, a servidora Joana, atuando exclusivamente com negligência e imperícia, autorizou a realização de uma despesa sem a observância das normas pertinentes, acarretando efetiva perda patrimonial ao Estado, embora sem qualquer intenção de alcançar esse resultado. Considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992 (com as alterações da Lei nº 14.230/2021) sobre as espécies, o elemento subjetivo e as sanções dos atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

a) A conduta de Joana configura ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, visto que a legislação admite a modalidade culposa quando há perda patrimonial efetiva e comprovada para os cofres públicos.

b) O ato praticado por Mário enquadra-se na categoria de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, a qual possui um rol taxativo de condutas expressamente enumeradas na legislação.

c) Para a configuração do ato de improbidade praticado por Mário, bastaria a comprovação da sua voluntariedade, sendo dispensável a demonstração da vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito.

d) Caso Mário seja condenado, o magistrado poderá aplicar a ele, de forma isolada ou cumulativa, as sanções de perda da função pública e de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até 4 (quatro) anos.

e) A conduta de Joana não configura ato de improbidade administrativa, pois a lei exige a conduta dolosa, enquanto o ato de Mário caracteriza improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, cujas sanções limitam-se ao pagamento de multa civil e à proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos.

34. Durante a execução de um contrato administrativo firmado por um Tribunal Regional do Trabalho para a construção de um novo edifício-sede, a Administração emite uma ordem escrita suspendendo a execução da obra por quatro meses consecutivos, alegando contingenciamento de verbas. Em paralelo, a contratada se depara com a presença de um solo rochoso não indicado nos estudos técnicos iniciais, o que encarece sobremaneira a fixação das fundações, e sofre também os impactos do aumento de um tributo federal de alcance geral que atinge o custo dos insumos. Considerando as hipóteses de inexecução sem culpa, alteração e extinção dos contratos na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

a) A presença do solo rochoso não identificado inicialmente caracteriza caso fortuito ou força maior, o que impõe a extinção do contrato sem culpa das partes em virtude da impossibilidade de conclusão dos trabalhos.

b) O aumento do tributo federal de alcance geral configura fato da administração, que consiste em uma ação estatal geral que atinge o contrato de forma reflexa, gerando o direito à alteração dos valores contratuais.

c) A Administração poderá determinar a extinção do contrato por ato unilateral e escrito caso verifique a falta de recursos, uma vez que a lei autoriza a extinção unilateral mesmo no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

d) A suspensão da execução do contrato, por ordem escrita da Administração, pelo prazo ocorrido na situação hipotética, confere ao contratado o direito à extinção do contrato.

e) Caso a extinção do contrato ocorra por culpa exclusiva da Administração, o contratado não fará jus ao pagamento do custo de desmobilização, restringindo-se o seu direito à devolução da garantia e ao pagamento pelas parcelas executadas.

35. A administração de um Tribunal Regional do Trabalho precisa contratar a locação de um imóvel específico para sediar um fórum trabalhista, cujas características de instalação e localização são indispensáveis para o atendimento do interesse público. Na mesma ocasião, o órgão necessita realizar a compra de materiais de expediente de uso contínuo, bem como a contratação de serviço técnico especializado de assessoria jurídica com profissional de notória especialização. Considerando as regras sobre contratação direta constantes na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

a) A locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha configura hipótese de inexigibilidade de licitação, tendo em vista a inviabilidade de competição.

b) As hipóteses de inexigibilidade de licitação possuem rol taxativo previsto em lei, não sendo admitida a contratação direta fora das situações expressamente enumeradas no texto legal.

c) A contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissional de notória especialização é admitida por inexigibilidade, inclusive para serviços de publicidade e divulgação.

d) As hipóteses de licitação dispensável possuem rol exemplificativo, conferindo à autoridade administrativa a faculdade de criar novas situações de dispensa conforme o juízo de conveniência e oportunidade.

e) A contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor para a aquisição de compras e outros serviços em geral é cabível para valores iguais ou inferiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais).

36. O Tribunal Regional do Trabalho pretende realizar licitações para atender a três demandas distintas: a aquisição de computadores de mesa padronizados no mercado, a escolha de um projeto arquitetônico para a construção de sua nova sede, e a alienação de veículos oficiais antigos que se tornaram inservíveis para a administração. Considerando as modalidades licitatórias e os critérios de julgamento estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

a) A modalidade pregão pode ser utilizada para a realização de obras de engenharia, adotando-se obrigatoriamente o critério de julgamento de menor preço ou maior desconto.

b) O diálogo competitivo é a modalidade indicada para a alienação de bens móveis inservíveis, devendo ser julgado pelo critério de maior lance.

c) O leilão é a modalidade de licitação destinada à alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, sendo o critério de julgamento de maior lance exclusivo desta modalidade.

d) A concorrência é cabível para a contratação de bens e serviços especiais e de obras, admitindo todos os critérios de julgamento previstos na legislação, inclusive o de maior lance.

e) O concurso é a modalidade de licitação destinada à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, sendo o julgamento realizado obrigatoriamente pelo critério de técnica e preço.

37. Durante expediente em um Tribunal Regional do Trabalho, a autoridade competente tomou conhecimento de falta funcional praticada por servidor subordinado. No mesmo dia, a fiscalização sanitária interditou preventivamente e de forma imediata uma lanchonete privada instalada no prédio do órgão por comercialização de alimentos estragados, diante do risco iminente à saúde pública. Considerando os poderes administrativos, seus atributos e a aplicação de sanções, assinale a alternativa correta.

a) A instauração de procedimento administrativo para apurar a infração funcional do servidor constitui ato discricionário da autoridade competente, cabendo juízo de conveniência e oportunidade sobre a apuração.

b) A interdição imediata do estabelecimento comercial por motivo de urgência fundamenta-se no poder de polícia e goza de autoexecutoriedade, o que permite à Administração executar a decisão por seus próprios meios, sem necessidade de prévia ordem judicial.

c) O poder disciplinar decorre da supremacia geral da Administração e incide sobre toda a coletividade de forma indistinta, dispensando a presença de vínculo jurídico específico com o Estado.

d) A sanção disciplinar pode ser aplicada com base no princípio da verdade sabida, o que autoriza a supressão do contraditório e da ampla defesa caso a infração esteja gravada por câmeras de segurança.

e) A fase de ordem de polícia pode ser integralmente delegada a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta por meio de lei.

38. Um Tribunal Regional do Trabalho expediu autorização de uso de um espaço físico em suas dependências para o funcionamento de uma cantina. Tempos depois, a Administração do Tribunal identificou que o ato de autorização foi praticado por autoridade que não detinha atribuição para a matéria, tratando-se de competência não exclusiva. Além disso, a gestão do tribunal verificou que a manutenção do funcionamento da cantina deixou de atender ao interesse público superveniente em razão de reformas no edifício. Considerando o desfazimento e a sanitização dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

a) A revogação do ato administrativo de autorização por razões de conveniência e oportunidade gera efeitos retroativos (ex tunc), desfazendo as consequências jurídicas desde a sua origem.

b) O Poder Judiciário, no exercício de sua função jurisdicional, pode revogar o ato administrativo editado pela Administração quando provocado pelo interessado.

c) Os atos administrativos eivados de vício de competência exclusiva podem ser objeto de convalidação pela própria Administração pública.

d) Em decisão na qual se evidencie não acarretar lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis, a exemplo do vício de competência não exclusiva, poderão ser convalidados pela própria Administração, operando efeitos retroativos (ex tunc).

e) A anulação do ato administrativo eivado de ilegalidade opera efeitos prospectivos (ex nunc), não retroagindo para atingir os efeitos pretéritos do ato.

39. Um gestor administrativo do Tribunal Regional do Trabalho removeu de ofício determinado servidor para uma comarca distante com a intenção deliberada de puni-lo em virtude de divergências pessoais. Em outra ocasião, uma chefia aplicou penalidade de suspensão a um subordinado extrapolando a alçada de competência que a lei lhe conferia. Considerando os conceitos atinentes ao uso e abuso de poder, assinale a alternativa correta.

a) A remoção do servidor utilizada com o intuito de punição pessoal caracteriza excesso de poder, visto tratar-se de vício atrelado ao elemento competência.

b) A aplicação de penalidade por autoridade que atua fora dos limites de sua alçada legal configura desvio de poder ou desvio de finalidade.

c) O abuso de poder manifesta-se exclusivamente por meio de condutas comissivas, sendo incabível a sua caracterização mediante omissão da autoridade pública.

d) O desvio de poder constitui ato arbitrário e ilícito, configurando vício de competência passível de convalidação pela própria Administração.

e) A remoção de servidor praticada com o intuito punitivo configura desvio de poder (ou desvio de finalidade), constituindo um vício quanto ao elemento finalidade, o qual possui natureza insanável.

40. Durante uma inspeção predial nas dependências de um Tribunal Regional do Trabalho, a autoridade administrativa constatou o descumprimento de normas de segurança por parte de uma empresa contratada, o que gerava risco iminente de desabamento em uma das alas do edifício. Diante da gravidade da situação, a autoridade determinou a interdição imediata do local afetado, aplicou sanção à empresa e, em seguida, editou uma portaria regulamentar estipulando novas instruções gerais de segurança para o prédio. Considerando os atributos e os elementos de formação do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

a) A interdição imediata do local sem necessidade de ordem judicial decorre do atributo da imperatividade, o qual está presente em todos os atos administrativos editados pelo Poder Público.

b) A edição da portaria com instruções gerais de segurança configura ato de caráter normativo, hipótese na qual é vedada a delegação de competência.

c) O atributo da tipicidade impede que a Administração celebre contratos inominados com a empresa prestadora do serviço, haja vista exigir a prévia previsão em lei de todas as avenças bilaterais.

d) A ausência de motivação na determinação de interdição, quando esta for obrigatória por lei, configura vício relativo ao elemento motivo do ato administrativo.

e) A inserção de elementos acidentais ao ato administrativo, a exemplo do termo, da condição e do encargo, vincula-se ao elemento finalidade e aplica-se tanto aos atos vinculados quanto aos discricionários.

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

Hugo Garotinho

41. Para habilitar-se nas categorias D e E ou para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, o candidato deverá preencher determinados requisitos legais.

Nos termos do art. 145 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), assinale abaixo a alternativa que apresenta CORRETAMENTE um desses requisitos:

a) Não ter cometido mais de duas infrações gravíssimas nos últimos 12 (doze) meses

b) Ser maior de idade

c) estar habilitado, no mínimo, há dois anos na categoria B, ou no mínimo há um ano na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria D

d) estar habilitado, no mínimo, há dois anos na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria E

e) Não ter cometido mais de duas infrações médias nos últimos 12 (doze) meses

42. No ao Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa em que apresenta uma situação em que NÃO se trata de Crime de Trânsito previsto no Código de Trânsito Brasileiro:

a) Deixar o condutor do veículo, na ocasião do acidente, de prestar imediato socorro à vítima, ou de solicitar auxílio da autoridade pública.

b) Trafegar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas, hospitais, estações de embarque e desembarque de passageiros ou onde haja grande movimentação de pessoas, gerando perigo de dano.

c) Dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano.

d) Dirigir veículo automotor em via pública com a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) vencida há mais de 30 (trinta) dias.

e) Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, desde que resulte situação de risco à incolumidade pública ou privada.

43. Com base na Resolução do CONTRAN nº 36/1998, que estabelece a forma de sinalização de advertência para os veículos que, em situação de emergência, estiverem imobilizados no leito viário, o condutor deverá acionar de imediato as luzes de advertência (pisca-alerta) providenciando a colocação do triângulo de sinalização ou equipamento similar à distância:

a) mínima de 20 metros da parte traseira do veículo

b) máxima de 30 metros da parte traseira do veículo

c) mínima de 30 metros da parte dianteira do veículo

d) mínima de 20 metros da parte dianteira do veículo

e) mínima de 30 metros da parte traseira do veículo

44. Situação Hipotética: Marcos é condutor habilitado na Categoria B e não exerce atividade remunerada ao veículo (não possui a anotação EAR em sua CNH). No período de 12 (doze) meses contínuos, ele cometeu as seguintes infrações de trânsito devidamente confirmadas em processos administrativos:

1. Uma infração de natureza médica (4 pontos);
2. Uma infração de natureza grave (5 pontos);
3. Uma infração de natureza gravíssima (7 pontos);
4. Outra infração de natureza gravíssima (7 pontos).

Ao término desse período de 12 meses, Marcos totalizou 23 pontos em seu prontuário.

Considerando as disposições vigentes do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997 e alterações) a respeito da penalidade de suspensão do direito de dirigir por acúmulo de pontuação (art. 261), é CORRETO afirmar que a autoridade de trânsito:

a) Não instaurará o processo de suspensão, pois o limite máximo para a aplicação da penalidade é de 40 (quarenta) pontos para todos os condutores.

b) Instauração o processo de suspensão do direito de dirigir, pois Marcos atingiu 23 pontos possuindo 2 (duas) infrações gravíssimas em seu prontuário, ultrapassando o limite legal de 20 (vinte) pontos.

c) Não instaurará o processo de suspensão, pois o limite de pontos aplicável ao caso de Marcos é de 30 (trinta) pontos, limite este que só seria ultrapassado com o acúmulo de 31 pontos ou mais.

d) Será instaurado o processo de suspensão, pois o limite máximo para a aplicação da penalidade é de 40 (quarenta) pontos para todos os condutores.

e) Aplicará automaticamente a cassação da CNH, por se tratar de condutor que cometeu duas infrações gravíssimas no período de 12 meses.

45. Nos termos do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), a inobservância das normas de circulação sujeita o infrator às penalidades legais, deste modo bloquear a via com veículo acarretará:

a) Em uma Infração Grave, prevista no artigo 253 do CTB

b) Em Penalidade de remoção do veículo, prevista no artigo 253 do CTB

c) Em Medida Administrativa de multa, prevista no artigo 253 do CTB

d) Infração Gravíssima, prevista no artigo 253 do CTB

e) Em Medida Administrativa de apreensão do veículo

NR 23

Mara Camisassa

46. Sobre a prevenção e combate a incêndios, especialmente considerando o disposto na NR23 – Proteção contra incêndios, analise as afirmativas a seguir:

I - Os locais de trabalho devem dispor de pelo menos duas saídas de modo que os trabalhadores possam abandoná-los com rapidez em caso de emergência.

II – A norma inclui determinações expressas sobre brigadas de incêndio.

III – A norma estabelece medidas de prevenção contra incêndios nos ambientes de trabalho e não em unidades residenciais unifamiliares.

Está (ão) corretas:

a) I, apenas

b) II e III, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II, apenas.

e) III, apenas

47. Considerando a redação da NR-23 – Proteção Contra Incêndios, assinale a alternativa correta.

a) Estabelece medidas de proteção contra incêndios nos ambientes de trabalho visando, entre outros objetivos, a saída segura dos trabalhadores em situações de emergência.

b) Determina o tipo de extintor que deve ser utilizado em cada incêndio

c) Não é aplicável em ambientes administrativos ou pequenas instalações.

d) É complementada de forma prioritária pela legislação federal sobre combate a incêndios.

e) Determina a obrigatoriedade de realização de exercícios simulados a cada seis meses.

48. Assinale a alternativa CORRETA de acordo com as disposições da NR23 – Proteção contra incêndios:

a) As saídas de emergência podem permanecer trancadas durante a jornada de trabalho, desde que haja trabalhadores responsáveis pela abertura em situações de emergência.

b) As saídas de emergência devem ser mantidas desobstruídas, sendo permitido seu fechamento à chave quando houver sistema automático de detecção de incêndio.

c) As saídas de emergência podem ser utilizadas para armazenamento temporário de materiais, desde que seja preservada uma largura mínima de circulação.

d) As saídas de emergência devem ser mantidas desobstruídas, não podendo ser fechadas à chave ou presas durante a jornada de trabalho.

e) As saídas de emergência podem ser mantidas fechadas por dispositivos que impeçam sua abertura imediata, desde que essa condição esteja prevista no plano de emergência.

49. Considere a redação da NR 23 – Proteção contra incêndios e assinale a alternativa CORRETA.

a) A organização deve fornecer informações sobre a utilização dos equipamentos de combate a incêndio exclusivamente aos trabalhadores designados para integrar a brigada de incêndio.

b) As informações sobre os procedimentos de evacuação dos locais de trabalho devem ser fornecidas apenas aos trabalhadores que atuam em áreas com maior risco de incêndio.

c) A organização deve fornecer aos trabalhadores informações sobre os dispositivos de alarme existentes.

d) As informações sobre os procedimentos de resposta aos cenários de emergência devem ser fornecidas exclusivamente aos trabalhadores que integram as equipes de resgate.

e) A organização está dispensada de fornecer informações sobre proteção contra incêndios quando possuir plano de emergência aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar.

50. Segundo a NR23 – Proteção contra incêndios, marque a opção ERRADA:

a) Os locais de trabalho devem dispor de saídas em número suficiente para que aqueles que se encontrem nesses locais possam abandoná-los com segurança em caso de emergência.

b) As saídas de emergência devem ser sinalizadas de acordo com a legislação estadual.

c) As aberturas, saídas e vias de passagem devem ser mantidas desobstruídas.

d) Nenhuma saída de emergência deve ser fechada à chave ou presa durante a jornada de trabalho.

e) As saídas de emergência podem ser equipadas com dispositivos de travamento que permitam fácil abertura do exterior do estabelecimento.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

51. Uma organização pretende reduzir os riscos de perda de informações e de acesso não autorizado aos seus sistemas. Entre os procedimentos de segurança que podem ser adotados para atender a esses objetivos, destaca-se

a) a realização de backups periódicos, com cópias protegidas e testes de restauração, associada à utilização de autenticação multifator e à aplicação regular de atualizações de segurança.
b) a manutenção de cópias de segurança exclusivamente no mesmo dispositivo que armazena os dados originais, pois essa prática garante a recuperação das informações mesmo diante de falhas físicas.
c) a utilização de uma única senha compartilhada entre os funcionários, desde que seja complexa, pois essa medida facilita a administração dos acessos sem comprometer a identificação dos usuários.
d) a desativação das atualizações automáticas dos sistemas operacionais e aplicativos, pois a manutenção de versões antigas reduz a exposição a vulnerabilidades de segurança.
e) a concessão de privilégios administrativos a todos os usuários, pois o acesso irrestrito aos recursos do sistema permite identificar e corrigir ameaças com maior rapidez.

52. Durante a análise de um incidente de segurança, identificou-se um programa malicioso que se propagou automaticamente entre computadores de uma rede, explorando uma vulnerabilidade do sistema operacional, sem depender da execução de arquivos infectados pelos usuários. Esse comportamento é característico de

a) um vírus, que se replica obrigatoriamente por meio de conexões de rede, sem necessidade de associação a arquivos ou programas hospedeiros.
b) um worm, que possui capacidade de autorreplicação e propagação entre sistemas, podendo explorar vulnerabilidades de rede sem depender da intervenção direta dos usuários.
c) um cavalo de Troia, cuja principal característica é a autorreplicação automática entre computadores, independentemente da execução do programa malicioso.
d) um spyware, que tem como função principal modificar arquivos executáveis para produzir cópias de si mesmo e disseminá-las pela rede.
e) um ransomware, que se caracteriza exclusivamente pela propagação autônoma entre dispositivos, sem realizar bloqueio de acesso ou criptografia de informações.

53. Um funcionário instalou um programa aparentemente legítimo, obtido em um site não confiável. Após a instalação, o software passou a coletar credenciais de acesso e enviá-las a terceiros sem o conhecimento do usuário. A classificação mais adequada para esse tipo de ameaça é

a) ransomware, pois sua principal característica é coletar credenciais de acesso e transmiti-las a terceiros, sem necessariamente restringir o acesso aos arquivos.
b) worm, pois a instalação de um programa aparentemente legítimo caracteriza a propagação autônoma de códigos maliciosos entre dispositivos conectados à rede.
c) vírus, pois todo programa que coleta informações sem autorização depende obrigatoriamente da infecção de arquivos executáveis para realizar suas atividades.
d) adware, pois esse tipo de ameaça tem como finalidade exclusiva capturar senhas e outras informações confidenciais, sem apresentar conteúdos publicitários.
e) cavalo de Troia (Trojan), pois o programa se apresenta como legítimo para induzir sua instalação, podendo executar ações maliciosas, como a coleta e a transmissão não autorizada de credenciais.

54. Uma organização pretende adotar diferentes mecanismos de proteção para identificar programas maliciosos, controlar as conexões de rede e impedir a coleta não autorizada de informações dos usuários. A associação adequada entre essas necessidades e os aplicativos de segurança está apresentada em

a) o antivírus controla exclusivamente as conexões de rede, enquanto o firewall identifica e remove programas maliciosos armazenados nos arquivos do computador.
b) o antispyware é responsável por bloquear todas as conexões externas, enquanto o antivírus atua exclusivamente na proteção de senhas utilizadas pelos usuários.
c) o antivírus identifica e combate programas maliciosos, o firewall controla o tráfego de rede conforme regras de segurança e o antispyware detecta e remove softwares utilizados para monitorar atividades e coletar informações sem autorização.
d) o firewall substitui integralmente o antivírus e o antispyware, pois a filtragem do tráfego de rede impede a execução de qualquer código malicioso no dispositivo.
e) o antivírus e o antispyware atuam exclusivamente na prevenção de ataques externos, enquanto o firewall realiza a recuperação de arquivos comprometidos por programas maliciosos.

55. Uma instituição pretende reforçar a segurança das contas utilizadas pelos funcionários para acessar sistemas corporativos. Entre as medidas relacionadas à autenticação de dois fatores e à gestão de senhas, a prática mais adequada consiste em

a) utilizar uma senha complexa compartilhada entre os funcionários e habilitar a autenticação de dois fatores apenas para os usuários que possuem privilégios administrativos.
b) exigir a alteração semanal de todas as senhas, independentemente de indícios de comprometimento, e permitir sua reutilização em diferentes sistemas para facilitar a memorização.
c) configurar duas senhas diferentes para cada conta, considerando que a utilização de duas credenciais baseadas exclusivamente no conhecimento do usuário caracteriza autenticação de dois fatores.
d) adotar senhas fortes e exclusivas para cada conta, utilizar gerenciadores de senhas e habilitar a autenticação de dois fatores, combinando mecanismos de autenticação pertencentes a categorias distintas.
e) armazenar as senhas em arquivos de texto compartilhados e utilizar códigos de verificação enviados por e-mail como substitutos permanentes das credenciais individuais de acesso.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

56. De acordo com a Lei nº 9.099/1995, são de competência dos Juizados Especiais Criminais as infrações penais:

a) de menor potencial ofensivo
b) de elevado potencial ofensivo
c) de médio potencial ofensivo
d) de grave potencial ofensivo.
e) hediondas

57. O crime de tráfico internacional de arma de fogo quando a arma de fogo, munição e acessório forem de uso restrito ou proibido terão a pena aumentada da:

a) de 1/3 a 2/3.
b) de 1/2 a 2/3.
c) de 1/3 a 1/2.
d) de 2/3.
e) de 1/2.

58. Quanto ao porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, previsto no art. 14 da Lei nº 10.826/2003, marque a alternativa incorreta:

a) Quanto ao sujeito ativo é crime comum.

b) Quanto ao elemento subjetivo é crime que só cabe na forma dolosa.

c) É punido com a pena de reclusão.

d) É um crime que além da pena de reclusão vem com a pena de multa.

e) é um crime que cabe na forma dolosa e culposa.

59. Uma pessoa, com a finalidade de divulgação do nazismo, estava com uma faixa no braço com a cruz suástica numa feira livre. De acordo com a lei nº 7.716/1989 (que traz os crimes que envolvem o preconceito e a discriminação de raça e cor), marque a alternativa correta:

a) A conduta da pessoa é atípica.

b) A conduta da pessoa configura uma contravenção penal.

c) A conduta da pessoa configura o crime de injúria racial.

d) A conduta da pessoa configura o crime de racismo previsto no art.20, §1º, da lei nº 7.716/1989.

e) A conduta se amolda ao um tipo penal previsto no Código Penal.

60. Quanto ao Estatuto da pessoa idosa (lei nº 10.741/2003) marque a alternativa correta.

a) Aos crimes previstos nesta Lei e aos crimes praticados com violência contra a pessoa idosa, independentemente da pena prevista, pode ser aplicada a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. (Incluído pela Lei nº 15.163, de 2025)

b) Nem todos os crimes previstos no Estatuto da Pessoa idosa o tipo de ação penal será a ação penal pública incondicionada.

c) Desdenhar de uma pessoa idosa não configura crime previsto no Estatuto da Pessoa Idosa.

d) Não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa.

e) Deixar de prestar assistência à pessoa idosa, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública, configura o crime de omissão de socorro previsto no Código Penal.

REDAÇÃO

Texto I

"Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas." (Lei nº 13.146/2015 — Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Texto II

"Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (...) § 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena." (Lei nº 13.146/2015)

Texto III

"Art. 37. Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho." (Lei nº 13.146/2015)

Com base nos textos de apoio acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: DA GARANTIA LEGAL À SUPERAÇÃO DAS BARREIRAS

Extensão: mínimo de 20 e máximo de 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	

11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0